

Versão *On-line* ISBN 978-85-8015-076-6
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2013



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

ESTUDO DO MEIO E HISTÓRIA AMBIENTAL: O RIBEIRÃO DOS MÜLLER

João Augusto Reque¹

Orientadora: Nadia Gaiofatto Gonçalves²

RESUMO

Os rios, nascentes, várzeas, cachoeiras, córregos e ribeirões que nas áreas rurais ainda são facilmente identificados, nas cidades ficaram invisíveis, sofreram processos de retificação, mudanças de curso, canalização, viraram esgotos e acabaram enterrados sob prédios e ruas em nome do progresso. Qual a resposta dos alunos quando indagados sobre a localização do rio Ivo ou rio Belém, cujas margens assistiram ao nascimento da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais ou sobre a história e a localização dos rios mais próximos de suas casas e da escola em que estudam? Como recorte territorial para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizamos a bacia hidrográfica em que a escola e a comunidade atendida estão inseridas – História Local – levando em consideração as relações com o meio ambiente (neste caso a rede hídrica mais próxima, o ribeirão dos Müller), seus usos e suas representações simbólicas, entendendo o rio não só como um elemento da natureza, mas como um patrimônio natural/cultural daquela comunidade. Pretendemos, assim, criar situações didáticas para que os alunos reelaborassem as representações sobre o ambiente em que vivem e estudam por meio de uma melhor compreensão histórica do processo de ocupação da cidade e do lugar onde moram, percebendo as grandes transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, quando este processo, em Curitiba e Região Metropolitana, se intensificou de forma bastante acelerada. Apresentamos nesse artigo a terceira etapa do projeto exposto anteriormente que relaciona os conceitos de Patrimônio Cultural/Natural e História Local ao processo de investigação histórica, intitulado Estudo do Meio.

Palavras-Chave: Estudo do Meio. História Ambiental. Patrimônio Cultural/Natural. Curitiba. Ribeirão dos Müller.

1. Introdução

Este artigo resulta do processo de desenvolvimento e implementação do projeto de intervenção pedagógica, intitulado “Memória sobre os rios urbanos de Curitiba na perspectiva da História Ambiental”, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Educacional nos anos de 2013 e 2014.

O projeto foi realizado na disciplina de História com alunos do nono ano do ensino fundamental da Escola Estadual Santo Antonio, localizada no bairro Órleans, município de Curitiba, uma escola centenária³ que possui algumas peculiaridades. Dirigida pelas Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de confissão Católica, sua

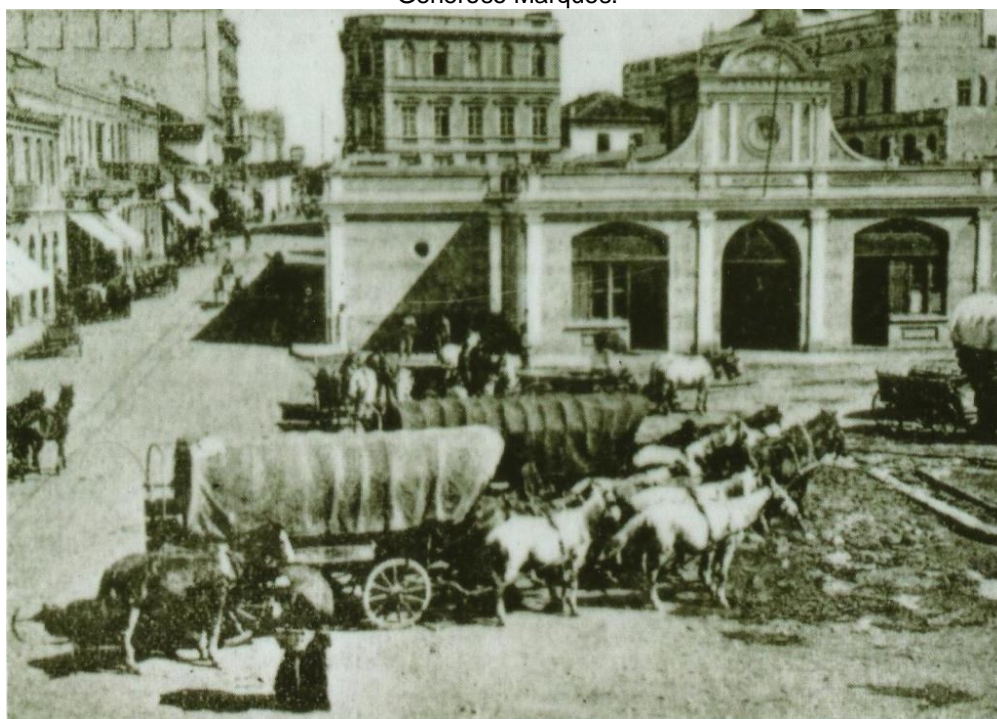
¹ Professor de História da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, atuando na Escola Estadual Santo Antonio em Curitiba. Discente do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), vinculado à Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED.

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, Departamento de Teoria e Prática de Ensino do Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

³ Completou 138 anos no dia 09 de outubro de 2014.

história confunde-se com a do próprio bairro, formado por imigrantes poloneses que ali se estabeleceram a partir do ano de 1875 (século XIX), como resultado da política de imigração desenvolvida pelo presidente de província Lamenna Lins. Por meio desta ação pretendia instalar as colônias de imigrantes nos arredores de Curitiba, constituindo o “Cinturão Verde”, cujos produtos de origem hortifrutigranjeira eram ali produzidos e revendidos pelos imigrantes em várias regiões da cidade, como no antigo mercado municipal localizado na atual Praça Generoso Marques, no centro de Curitiba. (WACHOWICZ, 1976,1995).

Figura 1 – Curitiba, 1910. Carroções eslavos em frente ao antigo Mercado Municipal, atual Praça Generoso Marques.



Fonte: PARANÁ, 2004.

Ao longo de sua história a E. E. Santo Antonio acompanhou as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na cidade de Curitiba. Em decorrência desse processo a identidade da escola passou por várias mudanças durante o século XX. Dentre as características que marca esta transformação podemos destacar: o modelo republicano de laicização da educação pública, a estadualização da Escola e a ampliação do universo de comunidades atendidas, que inicialmente restringia-se aos filhos dos imigrantes poloneses (PARANÁ, 2012). Tais mudanças são decorrentes da expansão urbana nos arredores da escola, intensificada a partir da década de 1970, quando as regiões periféricas do município

de Curitiba perderam as características rurais e passaram por um processo de intensa urbanização com o surgimento de condomínios, loteamentos e ocupações irregulares. Sendo que estas últimas foram estabelecidas, principalmente, ao longo dos vales dos rios na região.

A escolha do rio como objeto de estudo, privilegiando o espaço local e a temática ambiental, teve como principal finalidade o envolvimento dos alunos na construção do conhecimento histórico sobre o lugar onde vivem. Propusemos assim, atividades que permitiram a problematização das relações que se estabelecem entre o meio ambiente e os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais que influenciaram a acelerada transformação desse lugar, visando uma melhor compreensão da realidade como produto das decisões e ações tomadas pelos atores sociais ao longo do tempo.

O estudo dos rios em ambiente urbano nos aproxima de conceitos relacionados à disciplina de geografia como relevo, bacia hidrográfica, rede hídrica, divisor de água, etc. Ou seja, é necessário recorrer a uma abordagem interdisciplinar sem perder a dimensão histórica do objeto de estudos.

Partindo do levantamento dos conhecimentos prévios, os alunos foram instigados a pensar historicamente sobre o processo decisório que levou àquelas mesmas indagações, considerando o conjunto de representações que sua comunidade tem sobre o espaço em que vive e evidenciando a rede hídrica como tema gerador⁴.

Na acepção de Pesavento (2005), o estudo das cidades pode ser apresentado dentro dos campos temáticos de pesquisa a serem explorados pela História Cultural. Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem nas cidades, mas as representações que se constroem sobre elas. “A História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais” (2005, p. 77).

⁴ De acordo com os pressupostos de Paulo Freire (1987) os temas geradores são extraídos da vida prática dos alunos. Só são geradores de ação-reflexão-ação se forem carregados de conteúdos sociais e políticos com significado concreto para a vida dos educandos. O diálogo é, portanto, seu método básico, como construção coletiva, democrática e participativa. Esse processo de reflexão é histórico e concreto e visa compreender os educandos como sujeitos e agentes de transformação da sua própria realidade.

Retomamos aqui, o elemento central de nossa pesquisa: os rios localizados em ambiente urbano, ou melhor, as representações sobre estes rios, nas memórias e no imaginário urbano. Para tanto, mais uma vez recorreremos à discussão interdisciplinar para tratar de alguns conceitos ligados a História Ambiental, dentro dos marcos da História Cultural.

Para se aproximar dos aspectos simbólicos existentes nas relações entre as sociedades e a natureza pode-se buscar noções e conceitos em campos disciplinares próximos à história. A noção de paisagem, assim como a de região, profundamente enraizada no campo da geografia pode abrir variadas perspectivas de análise.

As paisagens são artefatos da cultura historicamente determinados, transformando-se com as próprias sociedades que os criam. São compostas de camadas de representações, das quais algumas possuem suas origens a centenas, às vezes, milhares de anos, e outras são tão recentes quanto o presente (ARRUDA, 2011, p. 25).

Nas grandes cidades, a paisagem urbana é renovada constantemente e, muitas vezes, deixa poucos vestígios dos elementos e/ou monumentos (naturais/culturais) que seriam significativos à identidade e à memória das comunidades locais.

No que se refere aos rios, isto ficou ainda mais evidente, tornaram-se invisíveis no presente e passaram a ser representados como se existissem somente num remoto passado, como bem descreve Gilmar Arruda (2008, p. 09):

Os habitantes das cidades desse início do século XXI, cidades grandes, médias e pequenas, quase não se lembram, ou nunca viram os córregos, riachos e rios que existiam onde hoje se encontram os monumentos da conquista. Em muitas regiões, altamente urbanizadas, os córregos, riachos e rios desapareceram de nossas vistas, transformaram-se em canais, foram tampados, escondidos, transpostos por pontes, canalizados para evitar as enchentes. Mais longe, os rios, os grandes e os pequenos, foram interrompidos por barragens para que a força da correnteza movimentasse turbinas para insaciável fome de energia.

Os que habitam as pequenas cidades, ou que são mais velhos, podem ainda se lembrar em quantos córregos entraram, mergulharam as mãos e, muitas vezes, com suas águas mataram a sede. Alguns ainda devem se lembrar de que pescavam ali no córrego onde hoje é uma avenida. Muitos viajam centenas de quilômetros para pescar, mas não encontram mais o rio de sua aldeia. Encontram o Tejo que vai para o Mar⁵, o rio da história. Não vemos mais o córrego de nossa aldeia, pensamos no grande rio que corre atrás das montanhas, nas hidrelétricas, no abastecimento de água, nas águas calmas e plácidas vistas das varandas das casas às margens das represas, no descanso dos finais de semana. Não conseguimos ver a natureza dos rios, vemos as suas funções, mas ele lá está, onde estava muito tempo antes de nós.

⁵ Referência ao poema “O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia”, do grande poeta português Fernando Pessoa, assinado sob o heterônimo de Alberto Caeiro.

Segundo Bittencourt (2003, p. 52) “(...) os aspectos que nos pareceram mais sugestivos para se concretizar o ensino e a aprendizagem de história ambiental são aqueles que destacam a interdisciplinaridade, as relações entre as esferas locais e globais e a articulação entre meio ambiente e patrimônio cultural”. Sendo assim, a partir do momento que trazemos uma discussão da Educação Patrimonial associada à Educação Ambiental, se abrem inúmeras possibilidades de problematizar tais questões junto à comunidade escolar.

Conforme destaca Oriá, a escola tem papel fundamental nesse processo. “É ela, em última instância, o *locus* privilegiado para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural” (ÓRIA, 1998, p.130)

É por meio da memória que uma população reconhece os elementos próprios de sua história e do espaço onde vive, estabelecendo um vínculo entre as gerações do passado e do presente, o que possibilita, através de suas experiências sociais e lutas cotidianas, perceberem-se como sujeitos históricos. Portanto, a identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se constrói por meio da memória individual e coletiva. Somente quando uma sociedade se organiza com o intuito de preservar e divulgar os seus bens culturais é que se inicia o processo de construção de seu *ethos* cultural (PELEGRINI, 2006).

Entretanto, um bem cultural ou ambiental só é preservado ou conservado se existe uma significação para a comunidade em que se encontra, tendo em vista a qualidade de vida e a construção de uma identidade cultural. (ORÍÁ, 1998).

Conforme observa Pelegrini (2006, p. 127)

A educação patrimonial e ambiental deve ser conduzida de modo a contemplar a pesquisa, o registro, a exploração das potencialidades dos bens culturais e naturais no campo da memória, das raízes culturais e da valorização da diversidade. À medida que o cidadão se percebe como parte integrante do seu entorno, tende a elevar sua auto-estima e a valorizar a sua identidade cultural. Essa experiência permite que se torne agente fundamental da preservação do patrimônio em toda sua dimensão. O conhecimento adquirido e a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação integral ou preservação sustentável do patrimônio, pois fortalece os sentimentos de identidade e pertencimento da população residente, e ainda, estimula a luta pelos seus direitos, bem como o próprio exercício da cidadania.

Tendo em vista a conjunção entre o ensino de História, a construção da identidade local e o exercício da cidadania, elegemos o estudo dos rios urbanos

como tema gerador, sem com isso tomá-lo de forma isolada, mas definindo-o como ponto de partida para estabelecer as relações com os aspectos políticos, econômicos, socioambientais e culturais, além de elementos da vida cotidiana, visando propiciar uma maior compreensão da realidade local por situar os problemas significativos da história no presente.

Segundo Traveria (2005, p.69),

(...) investigar sobre o meio próximo e estudá-lo pode servir para aproximar os alunos de realidades distantes utilizando métodos comparativos. Qualquer método social relevante pode ser contextualizado mundialmente, mas podemos analisá-los a partir das manifestações de entorno (...). Neste sentido, a escala territorial da história local facilita a compreensão da complexidade de nossa sociedade e, desde ponto de vista (...) promove o compromisso para melhorá-la e atuar criticamente.⁶

O estudo da história local tem sido indicado como uma estratégia pedagógica para aproximar a disciplina de História da realidade vivida pelos alunos, pois possibilita a compreensão de seu entorno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer e servindo como referência para trabalhar suas experiências, dentro de um lugar em que estão familiarizados e inseridos, mas, ao mesmo tempo, desconhecem seu processo histórico (BITTENCOURT, 2004).

A reflexão sobre o espaço geográfico é imprescindível para os estudos da história da região ou da história local, como insistem os geógrafos. Um dos conceitos fundamentais para a compreensão desse espaço é o de lugar. O geógrafo Milton Santos nos traz uma importantíssima contribuição sobre este conceito. Para ele cada lugar tem suas próprias especificidades e precisa ser entendido por meio de uma série de elementos que o compõem e de suas funções:

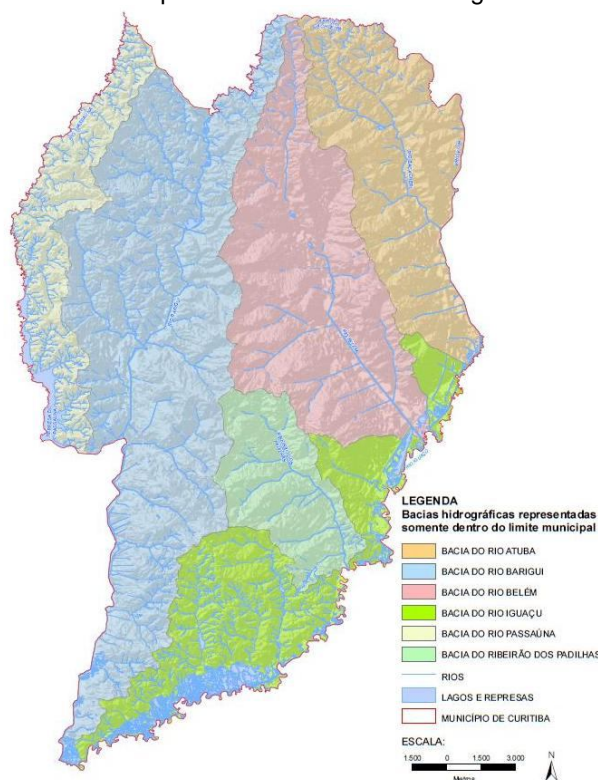
O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústria, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos –, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se interpõem e se exercem (1991, p. 52).

Essas funções são conjuntos de representações simbólicas construídas historicamente pela sociedade. Assim, pretendemos conhecer qual foi o “lugar” ocupado pelos rios dentro de uma determinada comunidade em sua dimensão espacial e temporal, estabelecendo relações entre presente e passado.

⁶ Tradução do Autor.

Tomamos como referência os conteúdos estruturantes definidos pelas Diretrizes Curriculares de História: Relações de trabalho – Relações de poder – Relações Culturais (PARANÁ, 2006) para analisarmos como os territórios abrangidos pelas bacias hidrográficas foram historicamente atrelados aos limites políticos, sejam eles: municipais, estaduais ou nacionais. Em muitos casos, os rios, ou os divisores de bacias, foram utilizados como delimitadores “naturais” destas fronteiras.

Figura 2 – Município de Curitiba: bacias hidrográficas



Fonte: IPPUC, 2012.

O caso de Curitiba não é diferente, o caminho formado por suas águas chega das nascentes localizadas nos municípios vizinhos ao norte, e pela Serra do Mar a leste, desenhando grande parte dos contornos do município e de seus bairros (fronteiras humanas historicamente construídas). Todos eles, o Belém, o Barigui, o Atuba e o Bacacheri, além do Passaúna, caminham em direção ao sul até desaguiarem em diferentes localidades, dando origem ao imponente rio Iguaçu. Tais rios formam a Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu⁷, localizada quase que

⁷ Delimitação utilizada pelo Instituto das Águas do Paraná, órgão de gestão dos recursos hídricos, vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Política Estadual dos

integralmente no Primeiro Planalto paranaense, abrangendo os municípios da Região Metropolitana de Curitiba. O próprio rio Iguaçu, maior rio paranaense, pertence às bacias hidrográficas do rio Paraná e bacia Platina, simultaneamente.

Como podemos concluir, a delimitação da bacia hidrográfica é uma questão de escala. Mais uma vez adentramos na relação interdisciplinar proposta pela História Ambiental. Cabral enfatiza que “(...) uma estratégia adequada de recorte espacial – tanto quanto a de recorte temporal – é imprescindível para o bom andamento de qualquer investigação histórica” (2007, p.133). Como historiador ligado a temática ambiental, utilizamos a sua definição geográfica para os rios e bacias geográficas.

Os rios nada mais são do que correntes superficiais de água que tem por função ligar a fase atmosférica à fase marítima do ciclo hidrológico. Essas correntes, acionadas pela força da gravidade, tendem a se concentrar de forma hierárquica no terreno, assemelhando-se a galhos de uma árvore, cada vez mais grossos (e mais caudalosos) à medida que se descem riachos e rios até encontrar o mar.

[...] à área abrangida por esse sistema hierárquico de canais responsável pela captação de toda a água que se dirige a um único rio damos o nome de bacia hidrográfica ou bacia de drenagem, a qual é limitada por linhas de cumeeira (divisores) que a envolvem num contorno mais ou menos regular e fechado. (CABRAL, 2007, p.139-141)

A partir desses conceitos estabelecemos o recorte espacial desta pesquisa, limitando a escala menor da bacia hidrográfica, isto é, aos rios mais próximos da escola e do ambiente vivido pelos alunos.

Para tanto, foi realizada uma investigação prévia junto aos órgãos técnicos do Estado do Paraná (Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar e Instituto de Terras, Cartografia e Geociência – ITCG) para identificarmos inicialmente, as representações cartográficas e relatórios sobre o espaço a ser estudado. Dessa primeira aproximação, verificamos que a Escola Estadual Santo Antonio, além do seu conhecido endereço no bairro Órleans em Curitiba, encontra-se inserida na bacia hidrográfica do rio Barigui. Mas, mesmo esta bacia ainda era muito extensa para o estudo que se pretendem realizar, pois, em sua totalidade, abarca os municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Araucária.

Tanto a Escola, quanto a Igreja Santo Antonio e o Cemitério de Órleans, estão localizados em um ponto elevado do terreno, ocupando um lugar que demarca a importância da religiosidade católica para aquela comunidade de origem polonesa

que se estabeleceu naquela localidade no final do século XIX. Topograficamente, esta elevação é um divisor de águas e dela resultam as nascentes e os pequenos córregos que, em seu conjunto, irão formar o ribeirão dos Müller, afluente do rio Barigui, constituindo-se no objeto central de nossa pesquisa.

2. Estudo do meio: o ribeirão dos Müller

O método de ensino e pesquisa denominado estudo do meio apresenta como princípios norteadores a interdisciplinaridade, levantamento de testemunhos, coleta de dados e informações e troca de percepções e reflexões (BITTENCOURT, 2004).

A proposta tem como etapa fundamental o trabalho de campo, por meio do qual é possível realizar uma apreensão plural e abrangente do espaço social, físico, histórico, cultural, ambiental e econômico. Isso é potencializado pelos estudos anterior e posterior ao trabalho de campo que se expressam, respectivamente, no levantamento bibliográfico e planejamento da prática e na reflexão crítica sobre o espaço estudado (SULAIMAN; TRISTÃO, 2008).

Como ressalta Carvalho (2004, p.130), podemos favorecer aos estudantes uma

(...) atitude de investigação atenta, curiosa, aberta à observação das múltiplas inter-relações e dimensões da realidade e muita disponibilidade e capacidade para o trabalho em equipe. Significa construir um conhecimento dialógico, ouvir os diferentes saberes, tanto os científicos quanto os outros saberes sociais (locais, tradicionais, das gerações, artísticos, poéticos, etc); diagnosticar as situações presentes, mas não perder a dimensão da historicidade, ou seja, dar valor à história e à memória que se inscreve no ambiente e o constitui, simultaneamente, como paisagem natural e cultural.

A implementação da metodologia de Estudo do Meio, conforme proposta por Bittencourt (2004) leva em conta o processo de investigação em história local e pode ser organizada em três etapas principais:

1ª. Preparação para o campo – estudo bibliográfico, recolhimento de fontes (escritas, iconográficas, fotográficas, mapas, entre outras), elaboração dos instrumentos de entrevista, realização prévia da saída de campo pelos professores, definição do roteiro para a saída de campo (o roteiro pode ser traçado em um mapa do local) e divisão das equipes de trabalho;

Por meio do Projeto de Intervenção Pedagógica “A memória sobre os rios urbanos em Curitiba na perspectiva da História Ambiental”, buscamos aprofundar a

fundamentação teórico-metodológica e realizar o processo de investigação, recolhimento e seleção de fontes. Condição essa, imprescindível para a definição do recorte temático em sua espacialidade e temporalidade, entendendo que as “verdades” históricas são sempre provisórias e seu tempo de duração está relacionado as indagações realizadas no presente e a interpretação de outras evidências e descobertas.

Relembramos que o conceito de representação reforça a ideia de que as fontes não expressam a verdade, mas explicitam diversas representações sobre o mundo e o fato em particular. Para que esse conceito pudesse fazer sentido, durante o processo de análise das fontes, foi indispensável oportunizar o acesso dos alunos a diferentes documentos produzidos por sujeitos diversos, bem como a pensar a respeito do período em que a fonte foi produzida; do lugar em que foi produzida; dos motivos de sua elaboração; de quem a elaborou; a quem ou a que se destinava; das contradições que apresenta; das características deste tipo de documento; e, da comparação entre os diferentes tipos de fontes.

Na etapa que antecedeu a saída de campo para o estudo do meio, realizamos um conjunto de atividades preliminares utilizando o material didático intitulado “Memória sobre os rios urbanos de Curitiba”, composto por cartazes e fichas de atividades que propiciaram aos alunos contato com documentos sobre a temática, como notícias de jornal, fotografias, textos e pinturas. A problematização dessas fontes favoreceu a melhor compreensão pelos alunos do processo e dos desafios que envolvem a realização de uma pesquisa histórica, bem como despertou o interesse em buscar novos documentos sobre o passado do bairro onde vivem.

O processo da pesquisa deve ser uma condição inerente ao próprio exercício da prática docente o que permite ao professor elaborar a sua própria intervenção da realidade. Para isso o professor-pesquisador deve também dispor de tempo e condições para o desenvolvimento da atividade de construção do conhecimento histórico escolar.

2ª. Pesquisa de campo:

É a etapa mais importante do estudo do meio que será descrita adiante. Constitui-se pela:

- aplicação de entrevistas com os representantes da comunidade local (a memória como fonte de pesquisa);

- identificação, registro (por escrito e/ou por imagens),
- identificação dos elementos que compõem a paisagem estudada por meio da saída de campo.
- reflexão das impressões observadas na paisagem local (o olhar do pesquisador) estabelecendo as relações entre as fontes de pesquisa identificadas.

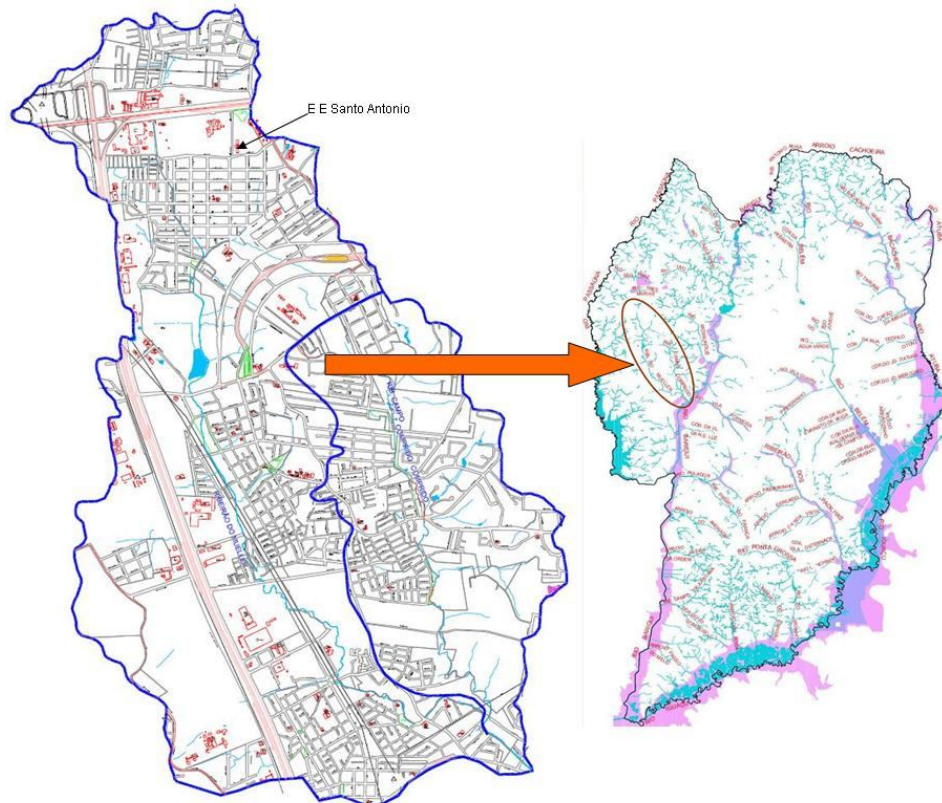
3ª. Produção e sistematização dos trabalhos de campo.

Após a saída de campo, desenvolvemos o processo de sistematização das informações obtidas e registradas bem como das impressões e reflexões dos participantes dentro de uma concepção dialógica.

Uma das etapas mais importantes dessa pesquisa foi a socialização dos resultados dos trabalhos realizados pelos alunos, como forma de promover uma maior integração da escola junto à comunidade.

2.1 Delimitação do objeto de estudos.

Figura 3 – Bacia hidrográfica do ribeirão dos Müller e sua localização no município de Curitiba



Fontes: SANEPAR, 2012 / IPPUC, 2001. (Adaptado pelo autor)

O ribeirão dos Müller nasce na divisa entre os bairros Órleans e Cidade Industrial de Curitiba, junto a BR 277. Sua área de abrangência interliga a E. E. Santo Antonio e seu entorno a um loteamento, conhecido como Jardim Gabinete, de onde provém a maior parte dos alunos que estudam na escola. Mais a frente o rio passa pela Universidade Positivo, atravessa grande parte da Cidade Industrial de Curitiba e deságua no rio Barigui já no bairro Fazendinha (PARANÁ, 2008). Das cabeceiras até a sua foz, o ribeirão dos Müller percorre em torno de oito quilômetros e sua bacia hidrográfica abrange 10,29 km² (BREGUNCE, et. al.,2011). Foi no primeiro trecho, entre a Escola, Jardim Gabinete e a Universidade Positivo, que envolvemos os alunos no trabalho de investigação histórica conhecido como estudo do meio.

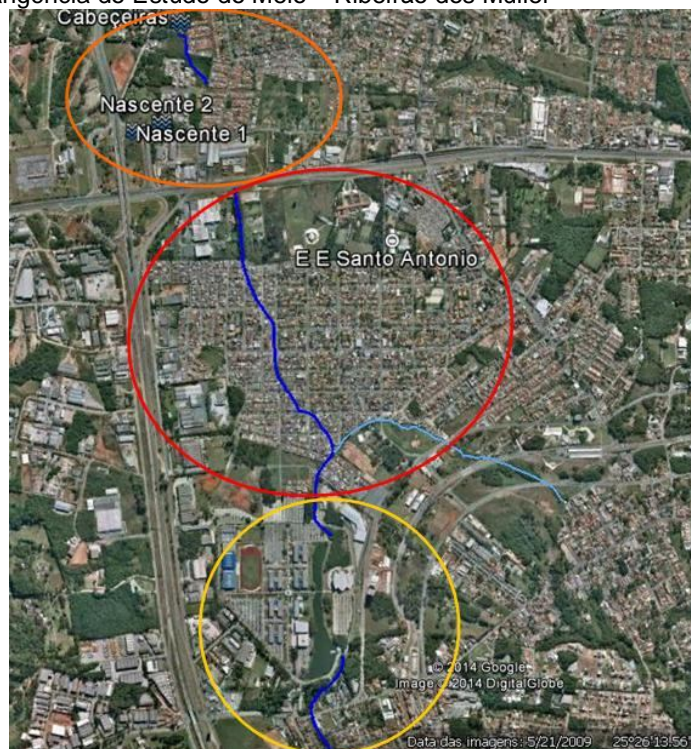
Apresentamos neste artigo a terceira etapa do projeto exposto anteriormente que relaciona os conceitos de Patrimônio Cultural/Natural, História Local ao processo de investigação histórica, intitulado Estudo do Meio

Envolver os alunos no processo de investigação histórica – Estudo do Meio envolveu o desenvolvimento das seguintes ações:

I. Delimitação geográfica: três áreas de abrangência

Figura 4 – Áreas de abrangência do Estudo do Meio – Ribeirão dos Müller

1. As cabeceiras – nascentes (Laranja)
2. O Jardim Gabinete (Vermelho)
3. A região da Universidade Positivo. (Amarelo)



Fonte: Google Earth, 2004

- Visita in-loco e entrevistas.
- Utilização dos celulares para a gravação das entrevistas.
- Transcrição das entrevistas
- Conceito de memória

II. Sistematização: construção do “quebra-cabeças” histórico (História Local) envolvendo os relatos obtidos por meio das entrevistas e o conhecimento histórico e interdisciplinar fornecido pelo material didático (fichas e cartazes), elaborado pelo professor de História e utilizado no início do 1º Semestre, no processo de implementação na escola do projeto PDE.

III. Desenvolvimento de noções e conceitos geográficos das bacias hidrográficas que compõem o município de Curitiba. Por exemplo:

- localização da bacia do Ribeirão dos Muller (utilização de mapas e imagens de satélite).

- Percepção, no próprio ambiente, da disposição do relevo e de sua influência na formação da rede hídrica, no chamado “caminho das águas”. Os alunos puderam perceber que o Ribeirão dos Muller, como a maior parte dos rios em Curitiba, corre no sentido norte-sul.

As saídas de campo foram realizadas com um grupo de dez alunos do 9º Ano da Escola Santo Antonio, sempre às sextas-feiras no contraturno (turno da manhã) durante o período de Agosto a Outubro de 2014.

Para tanto levamos em consideração a logística que envolve uma saída de campo com um número maior de alunos. Assim foram selecionados em torno de dez alunos das três turmas do 9º Ano da tarde de acordo com o interesse e disponibilidade de poderem realizar atividades no contraturno.

2.1.1. As Nascentes (cabeceiras)

Segundo informações obtidas com o Sr. S. K. (entrevista, 2014) antigo morador do bairro Órleans, o ribeirão dos Müller nasce próximo a rua Três Marias, no bairro Órleans, sendo formado por uma rede de nascentes (cabeceiras), localizada ao norte da BR 277. Focamos nossa pesquisa em apenas duas dessas nascentes encontradas durante as saídas de campo.

A primeira delas (Nascente 1) ainda sobrevive em meio ao trevo que liga o viaduto do Contorno Norte-Sul a BR 277. Ali dois majestosos pinheiros se alinham indicando a sua localização logo abaixo. O terreno é constantemente roçado pela

concessionária Rodonorte que administra o pedágio o que já contradiz a própria resolução 303/2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)⁸ que indica que todas as margens dos rios são consideradas áreas de proteção permanente (APP), sendo que todas as nascentes devem estar protegidas dentro de um raio de 50 metros ao seu redor.

Figura 5 - Cabeceiras do ribeirão dos Müller (Bairro Órleans)



Fonte: Google Earth, 2004

Foi uma grande surpresa para os alunos que acompanharam a pesquisa de campo, vislumbrar uma nascente bem no meio do trevo. Muitos se revelaram maravilhados por verem um olho d'água pela primeira vez.

A poucos metros dali, quando ela é canalizada por uma manilha debaixo do asfalto, já do outro lado da pista, pudemos verificar a existência de pequenos peixes, filhotes de lambari, o que demonstra que a poucos metros da nascente ainda existe vida, mesmo sendo canalizada por baixo do trevo na saída do contorno. Na sequência, a água desaparece nas galerias pluviais, que ficam abaixo do asfalto, na Rua Virgínia Dalabona, como pudemos ouvir e fotografar em um dos bueiros.

⁸ Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) - nº 303, de 20 de março de 2002. Art. 3º - Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:
II - ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente, com raio mínimo de cinquenta metros de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte.

Figura 6 – Nascente 1 do ribeirão dos Müller, localizada no trevo que liga o viaduto do Contorno Norte-Sul à BR 277, com o antigo Armazém dos Dalabona no alto da primeira imagem. Na terceira imagem a nascente está canalizada junto às galerias pluviais da Rua Virgínia Dalabona.



Fonte: Acervo do Autor, 2014.

Para chegarmos a segunda nascente (com uma distância de cerca de 100 metros em relação à primeira), tivemos que solicitar a permissão para adentrarmos ao condomínio *Brazville*, um dos condomínios fechados que atualmente proliferam na região do Órleans. Lá dentro, num pequeno bosque próximo ao muro que faz divisa com a rua, pudemos constatar mais um olho d'água, que faz parte do complexo de nascentes que formam o ribeirão dos Muller.

Nesta pequena área preservada a água ainda é límpida e fundo cristalino, sem nenhum dejetos lançados. Pudemos perceber a formação da nascente, que foi descrita por um aluno da seguinte forma: “Esta é uma das cenas mais bonitas de se ver, a água brotando do solo onde começa o rio”.

Uma pequena frase, mas cheia de significado, como uma constatação *in loco*, de que a água não se restringe apenas aos rios, como canais superficiais, fazendo parte, também, de um grande complexo composto pelas águas subterrâneas. Conteúdos como o ciclo hidrológico, são aprendidos em algumas disciplinas

escolares, e, muitas vezes, ficam sem sentido por não haver a relação entre a teoria ensinada e a prática possibilitada numa saída de campo.

Figura 7 – Nascente 2, localizada dentro do Condomínio *Brazville*, Rua Virgínia Dalabona – Órleans



Fonte: Acervo do Autor, 2014.

Assim como na primeira nascente, ali a água corre em direção ao muro encontrando a galeria pluvial como já foi comentado anteriormente. Neste trecho o ribeirão dos Müller desaparece por debaixo do asfalto e dos barracões das empresas que margeiam a BR 277, emergindo somente do outro lado, na pista que vem do interior do Paraná, e adiante segue em direção ao Jardim Gabinete.

Em que momento ocorreu as transformações da paisagem local, que enterraram os rios e fizeram desaparecer as nascentes na região?

Na busca de respostas a este questionamento recorreremos à memória dos antigos moradores da localidade.

Para chegarmos a eles, o processo de investigação e construção do conhecimento histórico envolveu uma rede de contatos compreendendo a

comunidade local e certa dose de imprevisibilidade em que cada novo contato e saída de campo se transformaram numa nova descoberta.

Quanto ao registro, utilizamos as tecnologias vinculadas aos celulares e seus aplicativos. Os alunos registravam as entrevistas por meio de fotografias, vídeos ou somente por gravação de voz, quando os entrevistados eram mais tímidos. Também ensinaram o professor a realizar um “*bluetooth*”, a baixar e utilizar um “*watzapp*” entre outras coisas. Ferramentas tecnológicas e mídias que não podem ser mais ignoradas no meio educacional.

Nosso primeiro entrevistado foi o Sr J. L. (66 anos), antigo morador da rua Virgínia Dalabona (bairro Órleans em Curitiba), rua paralela à BR 277 e que termina abruptamente no trevo que liga o Contorno Norte-Sul à BR 277, um dos mais movimentados entroncamentos rodoviários de Curitiba, com trânsito intenso e pesado. Logo de início, de forma espontânea, apontou para o trevo e disse:

Sabe ali, onde passam aquelas carretas pesando toneladas. Ali mesmo as nossas vacas e cavalos ficavam atolados, tamanho era o barreiro. Você acredita?

Esta região aí era tudo barro, brejo mesmo. Ali onde passa o caminhão era tudo atoleiro. Onde se faz o retorno pra Ponta Grossa a vaca não conseguia cruzar, de tanto barro que tinha. Era tudo um banhado (Entrevista J. L., 2014).

Dependendo do dia e da hora, o Sr J. L. presencia tranquilamente, da porta da sua casa, o engarrafamento de carretas e automóveis que se acumulam nessa não mais tão “remota” parte da cidade, quase na divisa com Campo Largo. Isto pouco lembra o tempo em que os colonos poloneses transitavam vagarosamente com suas carroças para revender os produtos de suas chácaras em direção ao Centro de Curitiba ou para assistir a missa dominical na Igreja de Santo Antonio, cujos sinos foram doados, nada menos, pelo próprio Imperador Dom Pedro II em sua passagem pela colônia, quando visitou a Província do Paraná no ano de 1880 (FENIANOS, 2000).

Quando indagado sobre como era este mesmo lugar em outros tempos, lembrou:

Aqui antes, eram tudo chácaras e o que não era chácara era terreno de pastagem. A vida era sofrida por ter que trabalhar muito, mas era sossegado porque não tinha o vandalismo.

A gente trabalhava na lavoura e plantava de tudo (milho, feijão, mandioca, repolho, alface, batatinha, tomate). Um tanto era vendido e outro tanto era para o consumo.

Nós tínhamos carroça e cavalo. Levávamos diversas coisas pra Curitiba, no Centro. A carroça mudou na época que mudou a rodovia, aí o trânsito ficou mais intenso e não teve mais jeito de andar de carroça. Aí tocou de mudar de profissão também

Isto tudo começou a mudar na época em que construíram a pista dupla [da BR 277], entre 1979 e 1980, foi quando fizeram também o viaduto do contorno. Daí mudou tudo. (Entrevista J. L., 2014).

Figura 8 – Antiga chácara pertencente à família do Sr. J. L. localizada ao final da Rua Virgínia Dalabona - Órleans



Fonte: Acervo familiar de J. L., década de 1960.

Complementando este panorama sobre a região, a professora S. M. K (53 anos), que além de lecionar na E. E. Santo Antonio, também faz parte da comunidade do Órleans, diz o seguinte:

Sou professora da escola há 21 anos, 25 de profissão, e moro há 53 anos na região. Conheço aqui desde que nasci, quando ali tinha o rio, lá embaixo, onde a gente brincava. A minha avó lavava roupa naquele rio, no finalzinho da [rua] Virgínia Dalabona. Hoje eles canalizaram, mas ele ficava a céu aberto. Lembro que tinham vários peixinhos e era um rio com bastante fluxo de água. Na época, só haviam as manilhas grandes por onde passava a rua que era de saibro.

O rio passava por ali e vinha lá de trás, mais ao norte, próximo da Avenida Três Marias. O que a gente percebe é que ali era uma região de muitas nascentes. Inclusive onde está o condomínio *Brazville*, onde vocês foram. Ali era um banhado. A senhora que vendeu na época, tinha criação de vacas e elas ficavam atoladas, porque na frente vertia água.

Depois é claro, eles aterraram e virou o condomínio, virou o conjunto ali. Também onde era o terreno da minha tia, mais abaixo, onde é o rio mesmo, havia um banhado ali. Toda esta faixa [onde está o viaduto do

contorno norte-sul] era um banhado. Tinha bastante água que fluía, com muitos olhos d'água.

Antes de construírem o Contorno Norte a rua da minha casa era paralela a rodovia e seguia por onde hoje é a Copel até o rio Passaúna. Na época em que começaram a duplicar a rodovia, a rua virou desvio dos caminhões formando muito pó, pois era tudo saibro, e quando chovia era só barro.

Por conseqüência eles fizeram os "melhoramentos" no rio. Colocaram as manilhas e reforçaram tudo. Depois colocaram o anti-pó na rua e canalizaram o rio naquele trecho até o outro lado da BR. Isso foi por volta de 1979. Com a construção do Contorno, aí a rua ficou sem saída, pois ela acaba no trevo que dá acesso ao contorno e a BR 277. Com isso a água do rio já não era mais limpa e não se podia mais usar como antes (S. M. K., 2014).

No alto do viaduto do contorno norte-sul ainda se destaca um sobrado com lambrequins cuja construção remonta ao ano de 1927. Era o antigo Armazém pertencente à família Dalabona onde se vendia de tudo: roupas, louças, utensílios, bebidas e diversos tipos de alimento vendidos a granel. Os colonos vinham tanto para vender os produtos de suas chácaras, quanto para comprar, ou mesmo trocavam direto seus produtos por mercadorias, porque os negócios também eram feitos na base da troca, no chamado "fio do bigode" (J. L., 2014). Para ali se deslocavam os colonos vindos da colônia do Órleans, de Dom Pedro e até mesmo da distante Campo Magro.

O armazém funcionou até 1979. Alias, este é um ano chave, pois foi quando construíram o viaduto e duplicaram a BR 277. Foi desapropriado pelo estado e atualmente no mesmo local funciona um posto da Polícia Rodoviária. Assim, aquela vida de colono ligada à área rural e tudo mais foi desaparecendo. Como diz o Sr J. L: "Transformou tudo e acabou o sossego".

Existe uma curiosidade relacionada à nascente que localizamos no trevo do contorno e está ligada ao cotidiano da região. A mesma nos foi relatada pelo Sr S. K. descrevendo o seguinte:

Havia ali a nascente que vinha do Armazém dos Dalabona [atual retorno do Contorno Norte-Sul]. Logo abaixo, no barranco, fizeram uma parede de tábuas de madeira onde a água ficava represada.

Todo mundo parava pra tomar água. A maioria eram colonos que vinham lá da Colônia Dom Pedro. Antigamente era só carroça e cavalo. Paravam lá pra dar água aos cavalos, pegavam um balde e tiravam água da nascente, e aquela água não parava nunca.

O Sr. S. K. (79 anos) é pedreiro aposentado, além de ser um dos moradores mais antigos da localidade. Sua família foi uma das primeiras a receber as terras quando foi instalada a colônia do Órleans, ainda na época provincial. O mesmo

descreve as transformações nas últimas décadas, causadas pelo avanço imobiliário envolvendo tanto as construtoras quanto os órgãos governamentais. O que explica um pouco sobre o descaso que levou a invisibilidade e poluição dos rios da região.

Esse rio, se não tivesse o esgoto, seria de água cristalina. Infelizmente, o esgoto que liga todas as casas desde os 3 Marias está todo ligado junto com a água fluvial que vem dali. Quando fizeram o manilhamento do esgoto ali no fundo, as máquinas abriram uma valeta de 2,40 metros de profundidade, daí estourou a mina de água. A máquina foi cavando, e quando chegaram lá quase perto do loteamento, colocaram um tubo de 200mm, de esgoto. Quando estourou a mina de água eles não conseguiram ligar de tanta pressão que havia. A água jorrava limpa... limpinha... vinda debaixo da terra. Aquilo tudo ficou fechado debaixo do aterramento do condomínio e ainda corre água direto. Tem uma boca de lobo ali, no loteamento, é só levantar aquela tampa e ver a corrente de água, mas infelizmente, hoje, a água está mistura com o esgoto. Isto já foi a mais de 20 anos (S. K., 2014).

2.1.2. O Jardim Gabinete

Localizado na região oeste de Curitiba, entre a BR 277 (ao Norte), o Contorno Sul (a Oeste), a rua Prof. João Falars (a Leste) e a Universidade Positivo (ao sul), o Jardim Gabinete é uma das 83 vilas que compõem a Cidade Industrial de Curitiba, o maior bairro curitibano.



Fonte: Google Earth, 2004.

No final da década de 1960, as antigas chácaras dos colonos que povoaram a região, foram loteadas e deram origem ao Jardim Gabinete. Tal fato está

relacionado à implantação do Plano Diretor da cidade (1966) e teve como uma de suas implicações a criação da Cidade Industrial de Curitiba (1973) (OLIVEIRA, 2000).

O ribeirão dos Müller encontra o Jardim Gabinete quando ressurge do asfalto no outro lado da BR 277. Numa distância de menos de 800 metros, as águas límpidas que presenciamos nas nascentes, já estão turvas e malcheirosas. No entorno de suas margens, formam-se estreitas ruelas, becos e pontes improvisadas das casas que invadiram o seu leito. Esta é apenas mais uma constatação que se repete nas diversas ocupações irregulares que se estabeleceram ao longo dos vales dos rios da região metropolitana de Curitiba.

Figura 10 – Diferentes trechos do ribeirão dos Müller no Jardim Gabinete – 2014.



Fonte: Acervo do Autor, 2014.

Este é o rio mais próximo da Escola Estadual Santo Antonio, porém, até o início da implementação deste projeto, os alunos desconheciam esse fato, assim como a maior parte dos moradores da comunidade. Muitos conhecem as ruas e os principais pontos de referência do bairro, mas quando indagados sobre os rios, não sabem a qual bacia hidrográfica pertencem, onde nascem, nem onde desemboca a

sua foz. Ao mostramos um pequeno trecho de um rio em ambiente urbano, segue-se sempre a mesma exclamação: “Ah, mas isso é um valetão, professor!” Assim é o processo de invisibilidade pelo qual passam os rios, ribeirões, riachos e córregos da cidade de Curitiba como pudemos demonstrar no material didático trabalhado no primeiro semestre de 2014.

Segundo o diagnóstico socioambiental realizado por PINTO (et. al., 2013), em pouco mais de 1,6 Km o ribeirão dos Müller corta o Jardim Gabinete no sentido norte-sul. Constatou-se que vem sofrendo uma acentuada degradação ambiental pela comunidade local, devido à ocupação desordenada em suas margens e à falta de coleta e tratamento de esgoto que supram a demanda local.

O principal problema da Comunidade Jardim Gabinete se refere ao esgoto, pois 47,4% citaram que não existe coleta e 25% nem sabem se existe coleta de esgoto na região. Apenas 15,8% informaram a existência de destinação correta (fossa ou rede coletora); 22,4% citaram que os dejetos são despejados na valeta e 30,3% despejados diretamente no Ribeirão dos Müller. A maioria (31,6%) afirmou desconhecer o destino do mesmo (2013, p. 6).

De acordo com este mesmo diagnóstico o Jardim Gabinete possui uma população de aproximadamente sete mil habitantes, composta por 69% pelo sexo feminino e 31,3% do sexo masculino. A faixa etária dominante de 29-48 anos corresponde a 65,8% dos habitantes, o que caracteriza uma população jovem. Também foi verificado que a população apresenta grau de instrução variável, em sua maior parte Ensino Fundamental e Médio, e renda familiar girando em torno de dois salários mínimos.

Outro aspecto preocupante se refere à falta de conhecimento acerca dos recursos hídricos, em especial, do Ribeirão do Müller, pois 40,8% revelaram desconhecer a importância de proteger os recursos hídricos, e muitos que afirmaram conhecer não sabem qual é a sua importância. Isso fica mais evidente quando considerado apenas o Ribeirão dos Müller, em que 71,1% sequer souberam citar o seu nome; 52,6% afirmaram não saber qual a importância desse recurso e 32,9% afirmaram que o Ribeirão não serve para nada. Contudo, a maioria, ou seja, 59,2% reconheceram que ele está muito poluído (2013, p. 7).

Ao realizarmos o estudo do meio, recorreremos à memória de alguns moradores locais para tratarmos da relação que as pessoas tinham com o rio em outras épocas, bem como as suas percepções acerca das transformações provocadas pela intensa urbanização nas últimas décadas do século XX.

O Sr S. K. (79 anos) recorda que, na sua infância e juventude, freqüentava as “bandas” do Gabinete para pescar e se banhar num pequeno córrego, afluente do Müller, que passa em frente ao atual Colégio Estadual Domingos Zanlorenzi.

Daquele lado do Gabinete, era só campo. A gente soltava o gado, não tinha nada. Aquele córrego que dá lá nos Müller, nós íamos pescar direto e atravessava todo aquele campo.

A gente chamava de rio das pedrinhas, porque lá embaixo ele tinha muita pedra (saibro) e com o movimento da água ela foi lavando as pedras e formou um lago lá. A gente tomava banho, era só pedra embaixo. Tinha uma correnteza forte e quando chovia tinha lambari, cará e traíra.

Quando eu era piá, era só chover e eu ia pescar lá direto. Pescava com peneira, redinha ou anzol.

Mas, isso naquele tempo. Hoje virou tudo asfalto, rua fechada, loteamento. A gente pensa que nunca vai se construir onde é um terreno banhado, e hoje em dia construíram um monte de loteamento ali (S. K., 2014).

Os demais entrevistados eram ainda crianças e adolescentes, quando o Jardim Gabinete se resumia a apenas três ruas e algumas casas e chegaram junto com a formação dos primeiros loteamentos entre o final da década de 1960 e o início dos anos 70.

O Sr. J. N. (56 anos) mudou-se com sua família, vindos do Capão Raso, em 1971. Seu pai abriu o Armazém de Secos e Molhados que virou referência para os moradores da região fazerem o “rancho do mês”. Assim descreve a região onde está localizada a E. E. Santo Antonio:

Antes o colégio ficava onde hoje é o Portal da Igreja Santo Antonio. Na época eu ajudei a desmontar. Na rua [da] atual [sede] não tinha nada, era uma trilha (carreiro) que saía lá na Igreja. Não tinha muro e não tinha luz.

Aqui [em frente] era um lugar de pastagem, tinha um potrinho com vacas leiteiras, porcos e galinhas pertencentes às freiras do colégio (J. N., 2014).

Uma das formas de uso dos recursos hídricos pelos antigos moradores é descrita pela Sra. J. C. S. (53 anos), funcionária da escola, que veio morar na região com sete anos de idade em 1968.

Quando chegamos aqui a gente ia ao olho d'água buscar água pra lavar roupa. Meu pai fazia o poço, mas como ele era caminhoneiro, era só nos finais de semana. Fazer um poço de 30 metros demora e nos finais de semana todo mundo ajudava a cavar. As pessoas que moravam aqui cuidavam demais desse olho d'água, porque a gente dependia dessa água pra beber, pra banho e pra fazer comida (J. A. C. S., 2014).

Próximo à escola, na rua Pe. Francisco Chylaszek, em frente a uma pequena praça onde fica o CMEI Jardim Gabinete, encontra-se um conjunto de nascentes,

apontado por todos os entrevistados como um local onde a água corria (corre) abundantemente durante o ano todo.

Aqui em cima, por exemplo, tinham três minas grandes, grandes mesmo, que transbordavam de água. Ali pra cima, da escola [Santo Antonio] descendo duas quadras onde é o Lava Car. Hoje deve ter só uma mina ali, dentro da casa de uma pessoa e a pessoa privatizou a mina pra ela. Então elas ficavam ali próximo do Lava-Car, a três quadras da escola. Eu acho que elas estão sob a rua. A rua fechou, foi canalizada. Ali, abaixo dessas nascentes, onde é a pracinha (campo de futebol) tinha um lago onde a gente pescava. Tinha traíra, era muito fácil, tinha muito, em abundância, que a gente quase podia pegar com a mão. Não era rio, a nascente vinha ali em cima e formava esse lago, um banhado (P. C. F, 2014).

No início da década de 1970 ocorreu uma estiagem que secou os poços dos moradores da região e as nascentes da praça foram às únicas que não secaram.

A nascente era tão forte que nós colocamos um cano grande até à rua e o pessoal ia buscar com baldes a água e ela nunca esgotava. Isto foi em 73 mais ou menos. Nos canalizamos até a rua onde hoje é a pracinha e o pessoal vinham buscar a água com balde ali. Foi o socorro da época e serviu pra todo mundo a água que meu pai puxou o cano. Todo dia tinha gente lá coletando a água, porque foi uma seca muito intensa sabe. Hoje é tudo fechado com asfalto, tem tampa, você vê um pedaço de grama já querem por o concreto em cima pra não fazer pó, é isso aí, infelizmente (J. N., 2014).

Nascentes de água cristalina, banhos no rio, diversão, pescaria, formam um repertório de situações narradas que demonstra o quanto o rio estava inserido no cotidiano dessas pessoas até meados da década de 1970. Um tempo em que o rio era conhecido e em seu curso transbordava a vida, sanando as necessidades básicas de uma insipiente população local.

Como nos relatos anteriores que vimos na região das cabeceiras do rio, ocorreu um momento de ruptura, em que o rio passou por uma drástica mudança socioambiental refletindo em sua atual situação de degradação e invisibilidade.

A meninada descia e estancava o rio, fazia uma represa com pedras, daí esse mesmo rio que tinha um metro e cinquenta [de largura], dois metros virava uma represa e o pessoal tomava banho ali, uma água limpa, gelada a gente tomava ela ali mesmo. Hoje, ixi, você não pode nem passar perto. Isso tudo [aconteceu] até 77, 78. Depois começaram a lotar lá pra baixo, daí foi acabando e começaram a soltar o esgoto. Imagina um lugar que você toma água, que é mina, de repente o cara lá em cima solta esgoto, outro solta esgoto e soltam até hoje. Tanto que a Sanepar está tentando reverter a situação, mas é muito difícil, demora, pode ser até que ainda dê pra reverter. O processo de ocupação foi muito intenso e não tinha o cuidado que tem hoje. Tinha um tempo nos anos 80, 90 que o pessoal não tava nem aí. Teve invasão aqui também, uma coisa totalmente desproporcional. Em seis, sete anos fez um “boom”.

Tanto que o riacho que formou o rio, que vinha lá de cima, ele foi fechando, fechando. Ele cruza dentro do bairro hoje e você nem sabe que tem o rio. É uma valeta, mas não era. Era um riozinho, um riacho (P. C. F, 2014).

Para finalizarmos esta etapa da pesquisa, ressaltamos a fala de P. C. F. (49 anos), marceneiro, que cresceu e ainda trabalha na localidade. Assim ele analisa o crescimento desordenado ocorrido no Jardim Gabinete.

A região cresceu muito, cresceu demais. O que é aqui? É Campo Comprido? Gabinete? Cidade Industrial? Órleans?
Então deu aquela expandida e você não sabe o que é aqui. Gabinete é o loteamento, mas, ali pra cima tem o Camponesa e lá pra trás fica o Jardim Vitória. Quase ninguém conhece por esses nomes, só os mais antigos.
O pessoal pergunta: Você mora onde? Eu digo: moro no CIC, é mais fácil. As pessoas perderam a referência, moram aqui, mas nem conhecem o lugar onde vivem (P. C. F.,2014).

2.1.3. A região da Universidade Positivo

As pessoas que frequentam a Universidade Positivo, sequer suspeitam que o seu bucólico lago, onde muitos fazem as suas caminhadas, não é apenas uma intervenção paisagística do moderno campus inaugurado no ano 2000. A formação do lago resulta sim, de uma interferência humana muito mais antiga, que remonta os anos de 1920/30 e por conta de sua existência, o ribeirão passou a receber a denominação “dos Müller”.

Figura 11 – O Lago formado pelo ribeirão dos Müller na Universidade Positivo.



Fonte: Google Earth, 2004.

No último quartel do século XIX, entre os inúmeros imigrantes alemães que aportaram no sul do Brasil, chegava em Joinville-SC, o Senhor Sr Sebastian Müller. Logo decidiu morar no Paraná, mais precisamente na região de Ponta Grossa. Consta que foi um dos construtores da ponte sobre o rio dos Papagaios, obra do engenheiro Mario Tourinho preparada para a visita do Imperador Dom Pedro II à novíssima Província do Paraná, no ano de 1876. A construção foi executada pelos alemães da região e hoje, seu estilo único, formada por dois arcos, com pedras entalhadas e encaixadas a mão, é reconhecida como bem tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. Foi seu filho, Carlos Müller, que veio de Ponta Grossa para Curitiba, já no início do século XX e adquiriu as terras que hoje pertencem a Universidade Positivo (L. M., 2014).

Figura 12 – Família Müller. O patriarca Sr. Carlos Müller e sua esposa, Sra. Inês. Filhos: Alfredo Sebastião Müller (segundo em pé, da esquerda à direita), Otto, Paulo, Lúcia e Adelaide.



Fonte: Acervo Familiar (Linda Müller), década de 1920.

Ao investigar, junto com os alunos, a origem do sobrenome da família, descobrimos que Müller, em alemão, significa moleiro, ou um proprietário de moinho. Sobrenome bastante popular na Europa desde os tempos medievais, época em que cada vila existia ao menos um moinho (*mühle*). Seu dono, geralmente, tornava-se uma das figuras de destaque nas comunidades agrícolas.

Coincidência ou não, o ribeirão foi represado para que sua força hidráulica movesse o moinho pertencente a Carlos Müller, onde eram beneficiados os grãos de milho e arroz, trazidos pelos colonos da região, fazendo surgir o lago que conhecemos hoje. Assim, aquilo que serviu para demarcar o lugar, quando a população referia-se a propriedade – como o “Tanque dos Müller” ou o “Lago dos Müller” – acabou servindo de referência para a totalidade do rio, que passou a ser conhecido como o “ribeirão dos Müller”⁹.

Atualmente, descendentes da família (4ª geração) ainda moram na região, numa fração muito menor do terreno de outrora. O moinho já não existe mais, no seu lugar encontramos o logradouro (rua) Carlos Müller, uma pequena travessa (rua sem saída) com acesso pela Rua Eduardo Sprada, como uma singela homenagem a memória do antigo moleiro.

Ali na rua Carlos Muller (cruzamento com a rua Eduardo Sprada) eles tinham um olho d'água. Então vinham o pessoal da Colônia [Órleans, Riviera e Augusta], de carroça e eles pegavam a água no balde para dar aos cavalos beberem daquela água. Era uma água limpinha também.

Ali era um centro, que congregava as colônias da região e eles paravam lá no moinho para deixar o milho, iam para Curitiba de carroça e na volta, quando dava, ele [o moleiro] já moía e levavam o fubá.

Eles pegavam a antiga estrada do Matto Grosso (atual Eduardo Sprada), para irem para Campo Largo e para o centro de Curitiba também. Era cheia de curvas e o fluxo era, na maioria, de carroças. Daí foi mudado pra Eduardo Sprada quando faleceu o cidadão (L. M., 2014).

Nessa etapa da saída de campo, grande parte das informações foi obtida por meio de relato da Sra. L. M., viúva do Sr. Sebastião Carlos Müller, falecido há 14 anos (completaria 83 anos em 2014). O seu sogro, Alfredo Sebastião Müller, ainda por muitos anos, deu continuidade às atividades vinculadas ao moinho, herdado de seu pai, Carlos Müller.

Quanto ao lago, também serviu de lazer tanto à família, quanto a comunidade local. O Sr. Alfredo mantinha três canoas que ficavam a disposição dos visitantes, que ali pescavam, nadavam e faziam piqueniques, quando solicitavam a autorização do proprietário. Os grupos de adolescentes não eram bem quistos, frente aos perigos e aos abusos cometidos, conforme retrata um dos moradores do Jardim Gabinete.

⁹ Uma planta do Departamento de Terras de Curitiba de 1933 demarca as colônias do Órleans, Santo Inácio, Augusta, Riviera, Dom Pedro, Ferrara e Rebouças (região oeste da cidade limite com Campo Largo). Neste documento o atual ribeirão dos Müller aparece com a denominação de rio Patrício (WACHOWICZ, 1976).

Eu ia muito no Müller, que era uma chácara, onde hoje é o Positivo. Só que era proibido entrar lá, mas a gente entrava [risos]. Era uma chácara bem grande, era imensa e aquele lago que tem hoje era bem maior, 5 ou 6 vezes aquilo ali (P. C. F., 2014).

Figura 13 – Cenas cotidianas da família Müller no lago, décadas de 1930/40.



Fonte: Acervo familiar da Sra. L. M. (décadas de 1930/1940).

Mesmo assim, inevitavelmente, algumas tragédias aconteceram no lago.

Onde é a FAS hoje, aqui no Campo Comprido, era uma escola de menores que viviam em regime de internato. Tinha muitos meninos e eles fugiam pelos fundos.

Tudo esses rapazinhos de 14-15 anos, eles fugiam da escola e paravam lá no tanque [lago]. Morreram muitos meninos afogados e morreram também conhecidos da gente.

Um cunhado do Nelson Serrato. Eles foram fazer um piquenique e pediram autorização para o meu sogro. Foram fazer o piquenique lá e ele também morreu afogado (L. M., 2014).

Completando o ciclo temporal demonstrado nas etapas anteriores da pesquisa, o progresso chegou à região no início dos anos de 1980. A região oeste da cidade tornou-se palco da grande revitalização urbana promovida pela gestão de

Jaime Lerner frente à Prefeitura de Curitiba após a criação da Cidade Industrial de Curitiba em 1973.

Deu-se início a um intenso processo de desapropriação para a criação do sistema de integração trinário denominado Conectora 5 (uma via central para transporte coletivo e duas vias “rápidas” laterais). O plano era de integrar a região ao centro de Curitiba e assentar mais de sete mil trabalhadores da CIC, criando as vilas operárias. Por ironia e muita especulação imobiliária, a região planejada para receber a classe trabalhadora, hoje abriga a classe alta curitibana. (OLIVEIRA, 2000).

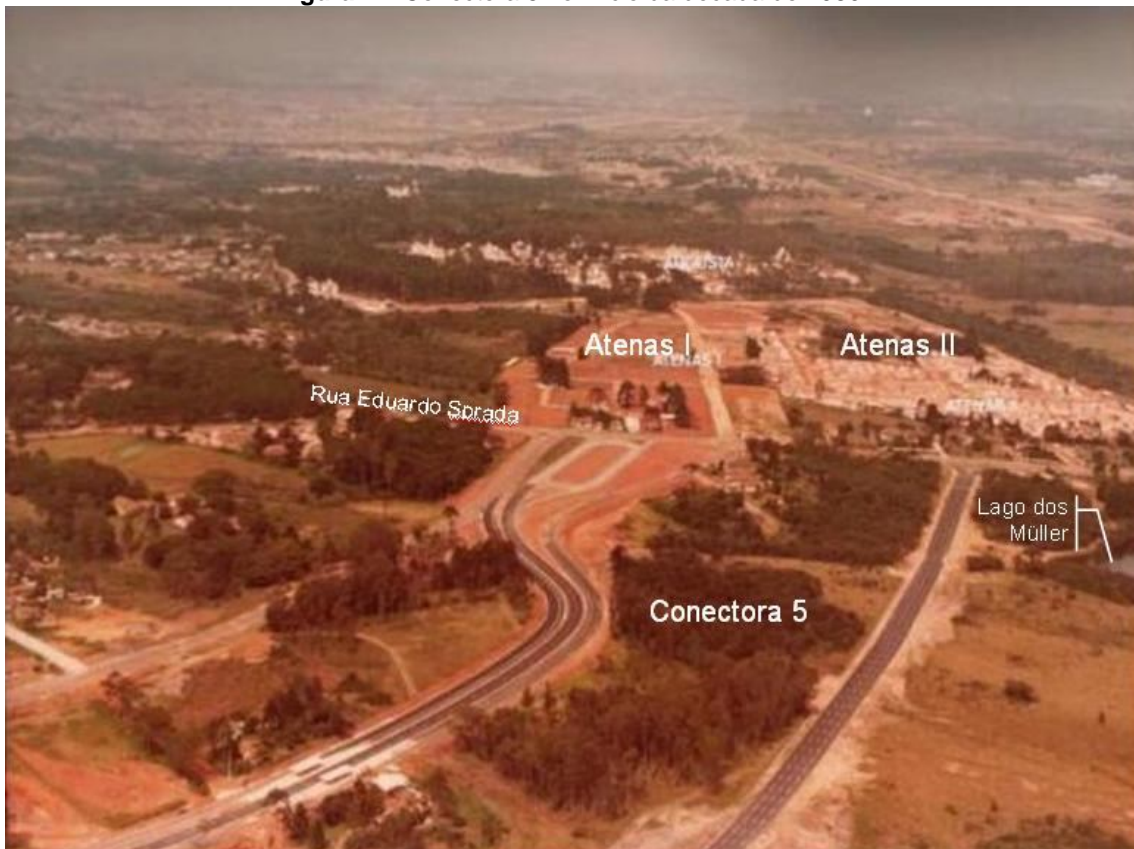
Na época se discutiu muito, abrir uma avenida daquela numa área que ainda era afastada.

Eu lembro bem que pra nós beneficiou bastante.

Ali no Campo Comprido, onde é o conjunto Atenas era a Chácara do Carlos Heller. Quando começaram a desapropriar, desapropriaram as terras dele e se esqueceram de nós [risos] foi a nossa sorte que nos deixaram lá. Aquilo lá era tudo Chácaras. Tinha bastante plantação de milho.

Essa desapropriação foi feita pela URBS pra abrir as ruas e fazer os conjuntos. Daí tem o Atenas I e o Atenas II (L. M., 2014).

Figura 14. Conectora 5 no início da década de 1980.



Fonte: COHAB-CT

Com o surgimento dos primeiros conjuntos habitacionais na região (Atenas I e II) e o início do grande adensamento populacional, não tardou muito para que o lago e, por consequência o ribeirão, sofresse a consequência mais lógica de uma prática bastante comum nos ambientes urbanos de nosso país: o lançamento clandestino de efluentes, isto é, o esgoto.

Quando começou a sair os condomínios eles começaram a lançar o esgoto pra dentro do lago. Aí tinha um mau cheiro insuportável.

Até foi feito um tratamento, tudo. Daí já não podia mais ninguém se banhar, nada, nada.

Nossa, houve um estrago medonho no tanque. Mesmo agora, com a Universidade, aquele pedaço de lago que tem lá, continua com o mau cheiro.

Foi uma grande sacanagem, né, soltarem o esgoto lá.

Muitos pensam: ah, são as pessoas mais pobres. Mas, não venham falar não. O pessoal pensa assim, mas pra fora das suas casas, já não querem nem saber pra onde vai (L. M., 2014).

3. Considerações Finais

O rio das cabeceiras, da vila, do moinho, segue seu percurso até sua foz, no rio Barigui. Até aqui realizamos nosso trabalho de campo cujos fragmentos nos deram um mosaico formado por diversos olhares e recortes, transformando o ribeirão dos Müller no rio de gente, no rio povoado de ricas memórias, enfim, um rio de História.

Procuramos desenvolver um panorama histórico e socioambiental sobre os rios curitibanos e esperamos ter aberto possibilidades para que os alunos se reconheçam como sujeitos históricos. Como escreveu Hobsbawn (2004, p. 22) “Ser membro de uma comunidade (...) é situar-se em relação ao seu passado (...) O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana”. É pelo ensino de História que pretendemos instrumentalizar esses adolescentes a exercerem o seu papel como cidadãos participativos na compreensão e na tomada de decisões dentro do espaço e na comunidade em que vivem.

Ao abordar a história dos rios de Curitiba, objetivamos problematizar o fato de que a condição em que se encontram os rios da capital não é algo natural, mas historicamente construído pelas ações humanas. Isso nos incomoda e também alenta. Podemos sim, estabelecer outras relações com os rios que passam logo ali e deixar memórias e indiquem para as novas gerações a possibilidade de outras memórias sobre os rios.

Este trabalho não poderia ser desenvolvido sem o apoio dos professores, alunos, funcionários da escola e pessoas da comunidade local. Agradeço a colaboração da professora Sônia (Língua Portuguesa), da professora Hantraud (História) e, especialmente, do professor Flávio (Ciências) por ter abraçado o projeto e ter me ajudado e animado frente às dificuldades encontradas, o que resultou num trabalho efetivamente interdisciplinar.

Não posso deixar de esquecer os meus grandes parceiros nessa empreitada, os alunos dos 9^{os} Anos da E. E. Santo Antonio representados por Alicia, Raíssa, Gustavo e Igor (9^o E), Beatriz (9^o F), Ian e Sara (9^o G). Os mesmos disponibilizaram-se a participar de todo o processo do projeto, especialmente nas saídas de campo realizadas às sextas-feiras, no período de agosto a outubro de 2014. Fizesse chuva ou sol, lá estavam eles me aguardando já de manhazinha. Participaram das entrevistas, das discussões, da sistematização dos resultados e da elaboração final do trabalho – um vídeo documentário sobre o ribeirão dos Müller – edição que está sendo realizada pelos próprios alunos, com uma pequena ajuda de seu professor (pelo seu desconhecimento técnico). O resultado será brevemente publicado no *Youtube*, encerrando a terceira fase do estudo do meio.

4. Referências

ARRUDA, Gilmar (org.) **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: UFPR, 2008.

_____. Bacias hidrográficas, territórios, paisagens e a história ambiental. IN: **Revista Porto**, Natal, v. 1, p. 11-32, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria. Meio ambiente e ensino de História. IN: **História & Ensino**. Londrina, v. 9, p. 37-62, out. 2003.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BREGUNCE, Denise Teixeira, et. al. Avaliação da qualidade da água do ribeirão dos Müller, Curitiba/PR. In: **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Vol. 16, nº 3, jul/set 2001, p. 39-47.

CABRAL, Diogo Carvalho. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental. In: **Revista de História Regional**, ano 12, n.1, 2007, p.133-162.

FENIANOS, E. E. **Órleans, Riviera, Augusta e São Miguel**. Coleção Bairros de Curitiba, volume 24. Curitiba: UniverCidade, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IPPUC. Áreas inundáveis: município de Curitiba. 2001. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/ufpr/Meus%20documentos/Downloads/areas_inundaveis.pdf> acesso em 05/12/2014.

_____. **Mapa das bacias hidrográficas de Curitiba**. 2012. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/ufpr/Meus%20documentos/Downloads/bacias_hidrograficas.pdf> acesso em 05/12/2014.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

_____. **Professor-pesquisador em educação histórica**. Curitiba: IBPEX, 2011.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. Contexto : São Paulo, 1998. p. 128-48.

PARANÁ. SEED. **Paraná 150 anos: o sesquicentenário do Paraná no contexto escolar**. Curitiba; SEED, 2004.

_____. **Diretrizes Curriculares de História**. Curitiba, 2006.

_____. Companhia de Saneamento do Paraná. **Situação dos rios de Curitiba – relatório técnico**. Curitiba, 2008.

_____. Escola Estadual Santo Antonio. **Projeto político-pedagógico**. Curitiba, 2012.

PELEGRINI, Sandra P. A. Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio ambiental e cultural. In: **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140. 2006.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINTO, Gabriel Luis Brucinski; MICHALISZYN, Mario Sergio; MARANHO, Leila Teresinha. Diagnóstico das necessidades de intervenção socioeducativa: um estudo de caso. In: **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**. Nº 28, junho de 2013.

SULAIMAN, Samia Nascimento; TRISTÃO, Virgínia T. **Estudo do Meio: uma contribuição metodológica à Educação Ambiental**. Revista do PPGEA/FURG-RS, 2008. p. 341-355.

TRAVERIA, Gemma Tribo. **Enseñar a pensar históricamente: los archivos y fuentes documentales em la enseñanza de la historia**. Barcelona: Unioversitat Barcelona, 2005

WACHOWICZ, Rui Christovam. **Órleans**; um século de subsistência. Curitiba: Edições Paiol, 1976.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina:, 1995.

Entrevistas;

J. A. C. S. Entrevista concedida a Raissa Barreto Avenca em 20/10/2014.

J. L. Entrevista concedida a João Augusto Reque em 19/09/2014.

J. N. Entrevista concedida a João Augusto Reque em 12/09/2014.

L. M. Entrevista concedida a João Augusto Reque em 24/10/2014.

P. C. F. Entrevista concedida a João Augusto Reque em 12/09/2014.

S. K. Entrevista concedida a Flávio Domingos em 24/10/2014.

S. M. K. Entrevista concedida a João Augusto Reque em 31/10/2014